



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

105

Habeas Corpus nº: 0201842-6
Comarca: Caruaru (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Carlos Frederico Santa Cruz Silva Ferreira
Paciente: Alterme José da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Gerusa Torres de Lima

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Alegação por parte do Impetrante de constrangimento ilegal. Configuração. Pena imposta pela sentença condenatória integralmente cumprida há mais de 06 (seis) meses, pena esta confirmada pelo Tribunal de Justiça, no julgamento da apelação criminal nº 181038-4. ORDEM CONCEDIDA. Expedição de Alvará de Soltura, salvo se o paciente estiver preso por outro motivo. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0201842-6 da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, em que figuram, como impetrante, o Bel. Carlos Frederico Santa Cruz Silva Ferreira e, como paciente, **ALTERME JOSÉ DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **CONCEDER** a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



106

Habeas Corpus nº: 0201842-6
Comarca: Caruaru (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Carlos Frederico Santa Cruz Silva Ferreira
Paciente: Alterme José da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Gerusa Torres de Lima

RELATORIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Carlos Frederico Santa Cruz Silva Ferreira, OAB-PE 20.655, em favor de **ALTERME JOSÉ DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru -PE.

Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em virtude de encontrar-se preso há mais de 04 (quatro) meses, mesmo depois de encerrado o cumprimento da pena imposta (fls.02/03).

Sendo assim, requer o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento da prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.04/24).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls.29/30).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 464/2009, de 16 de novembro de 2009 (fls.31).

Em 03 de dezembro de 2009, a autoridade apontada como coatora prestou as informações solicitadas, ofício nº 5081/2009, permitindo-me observar andamento processual até a referida data (fls.35/38).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



107

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Dra. Gerusa Torres de Lima, ofereceu parecer opinando pela **concessão** da ordem (fls 42/46).

É o relatório.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



108

Habeas Corpus nº: 0201842-6
Comarca: Caruaru (2ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Carlos Frederico Santa Cruz Silva Ferreira
Paciente: Alterme José da Silva
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Gerusa Torres de Lima

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a)

Como já consignado no relatório, o impetrante alega, na inicial, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, por excesso de prazo, em virtude de encontrar-se preso há mais de 04 (quatro) meses, mesmo depois de encerrado o cumprimento da pena imposta (fls.02/03).

Analisando-se os autos, verifico que a alegação do impetrante merece acolhimento.

Conforme os documentos apresentados nos autos, a pena de 02 anos e 01 mês imposta ao réu pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, no processo nº 2007.002658-0, já foi cumprida há mais de 06 (seis) meses (em 04/06/09) e, mesmo assim, o acusado continua segregado e sua liberdade tolhida.

Segundo o Magistrado *a quo*, tal fato deve-se em razão de a sentença condenatória ainda não ter transitado em julgado, pela interposição da Apelação do Órgão Ministerial de 1º grau.

Todavia, a Apelação Criminal nº 181038-4, após 17 inclusões em pauta, foi julgado, em 16/12/2009, ocasião na qual, por unanimidade, negou-se provimento ao recurso ministerial, mantendo-se a condenação todos os seus termos.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



109

Sendo assim, não existe razão para que o paciente continue segregado, pois já cumpriu a pena imposta na sentença, pena esta que foi mantida por este Tribunal.

ISTO POSTO, acolhendo, na íntegra, o bem lançado parecer oferecido pela Douta Procuradora de Justiça, Dra. Gersa Torres de Lima, voto pela **CONCESSÃO** da ordem, determinando a expedição do competente alvará de soltura em favor de **ALTERME JOSÉ DA SILVA**, salvo se por outro motivo estiver preso.

Destaco que o Alvará em comento restringe-se ao processo nº 213.2007.0002658-0 (1º grau), apelação nº 181038-4.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009


DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator